

Regularização Fundiária: Vereadores discutem proposta para Viçosa

26/04/2011



O ex-vereador e atual secretário municipal de Ação Social, Ângelo Chequer, participou da reunião ordinária da Câmara na terça-feira (26) para apresentar o sistema de regularização fundiária proposto para a cidade. Junto com Ângelo estava o representante da TGX Engenharia, empresa responsável pelo cadastramento e medição dos imóveis e terrenos, Luiz Mendonça.



A regularização fundiária consiste no registro e emissão de documentos, em cartório, de terrenos que não possuem documentação. Luiz frisou que, neste primeiro momento, só serão regularizados os terrenos, e não as edificações. Ele lembrou ainda que a empresa só conseguiu autorização junto ao Instituto de Terras de Minas Gerais (ITER-MG) para regularizar as áreas urbanas.

Segundo o secretário, a sugestão para a implantação da regularização surgiu do tabelião Roberto Andrade, que pretendia fazer um levantamento dos terrenos da cidade que não possuem registro no cartório de imóveis. Ângelo mencionou os inúmeros benefícios que a documentação pode trazer ao morador, como a autorização e o financiamento em instituições de crédito para reformas, ampliações e a possibilidade de venda legal do imóvel ou terreno.

Para adquirir o registro, é necessário que seja emitida uma certidão negativa em cartório, que comprove a não-existência de registro prévio. Essa certidão, que teria uma taxa de quinze reais, será fornecida gratuitamente.

Ângelo disse ainda que os bairros com maior demanda de regularização são Amoras, Posses, Bela Vista, Carlos Dias, Sagrada Família, São José do Triunfo, Bom Jesus,

Cachoeirinha, Silvestre, Vau-Açu. Apesar disso, o secretário deixou claro que a regularização será universal e qualquer bairro poderá ser atendido. Em levantamento feito, foi constatado que já existem pelo menos 2.000 famílias aptas a obterem a regularização.

A apresentação do sistema gerou discussão entre os vereadores, que fizeram questionamentos pertinentes aos procedimentos. Marcos Nunes (PT) perguntou aos convidados como será esclarecido se quem vive no terreno é, de fato, proprietário do imóvel. Luiz Mendonça respondeu que a única maneira de saber se o terreno tem dono é verificando junto ao cartório. Ele disse ainda que a TGX trabalhará em conjunto com a Prefeitura e o cartório, que detêm o conhecimento sobre o local. Cristina Fontes (DEM) questionou sobre as propriedades construídas em Áreas de Preservação Permanente (APP). E segundo Luiz, mesmo sob essa condição, os terrenos serão legitimados.

Para se cadastrar, é necessário procurar os pontos de apoio localizados no CRAS Sul (Rua Gomes Barbosa, 803 – Colégio de Viçosa) e no CRAS Norte (Rua Santana, 150 – em frente ao Jornal Folha da Mata). Os documentos exigidos são CPF, Carteira de Identidade, Certidão de Nascimento e de Casamento (para os casados), Certidão de Óbito do cônjuge (para os viúvos) e Certidão de Casamento com averbação do divórcio (para os separados judicialmente).